

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

Entre as partes, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DE GOIAS**, CNPJ/MF nº 01.662.014/0001-33, com sede na Av. Circular, 768 - quadra 126 lote 14 - St. Pedro Ludovico, Goiânia - GO, CEP 74823-020, neste ato representado(a) por seu Presidente, Alessandro Torres da Mota, na qualidade de representantes dos TRABALHADORES, doravante nomeado simplesmente **SINTEL GO**, e de outro lado **ATENTO BRASIL S.A.**, CNPJ/MF 02.879.250/0001-79, com sede na Rua Paul Valery, 255, 9º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP. 04719-050º, doravante denominada EMPRESA, representada por seus diretores, e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou no dia 11.03.2020 que as contaminações por coronavírus trata-se de uma pandemia;

CONSIDERANDO a alta taxa de transmissibilidade do vírus e a recomendação da organização mundial da saúde – OMS, referendada pelo Ministério da Saúde do Brasil, para se restringir o contato social e, assim, evitar a propagação rápida do vírus na sociedade;

CONSIDERANDO o alerta do ministério da economia quanto aos impactos desse evento específico para a economia no sentido de que serão maiores ou menores a depender de quanto tempo durem seus efeitos;

CONSIDERANDO as medidas de enfrentamento da propagação publicadas em Decretos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, notadamente as que recomendam o isolamento social, em especial dos classificados no grupo de risco e as de restrição de transporte público, fluxo, circulação e aglomeração de pessoas nas ruas, locais públicos, locais de trabalho;

CONSIDERANDO que os empregados das Centrais de Teletendimento | CallCenter, por força do Decreto 10.282, de 20 de março de 2020, desenvolvem atividades essenciais;

CONSIDERANDO que a EMPRESA informa sofrer afetações pela crise gerada em razão da Pandemia COVID-19, havendo, assim, a necessidade de mitigar os danos econômicos com o objetivo de preservar o emprego e a renda de seus trabalhadores;

CONSIDERANDO o estudo realizado pelo Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe (Cemec-Fipe), que observou que pouco mais da metade das companhias com capital aberto no Brasil sobreviveria até o terceiro mês sem receita, com a manutenção de pagamentos a fornecedores e obrigações financeiras como salários e aluguéis.

CONSIDERANDO que cerca de 23,3%, dessas empresas já teria caixa negativo após o primeiro mês sem receitas e que 37,1%, já estariam com caixa negativo;

CONSIDERANDO que a empresa apresenta queda em seu faturamento recorrente;

CONSIDERANDO que as medidas aqui adotadas têm como objetivo a proteção dos postos de trabalho e as condições de funcionamento da empresa; e

resolvem estabelecer o presente Acordo Coletivo de Trabalho, na forma do disposto no artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como pelo artigo 620 que dispõe sobre a supremacia do presente acordo sobre as convenções coletivas com abrangência neste interregno, o qual reger-se-á pelas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente acordo coletivo de trabalho no período de 01º de Janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2021 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

O presente acordo coletivo de trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) profissional dos **trabalhadores em telecomunicações, telefonia móvel, centros de atendimentos, call centers (centro de atendimento a distância), transmissão de dados, correio eletrônico, serviços troncalizados de comunicação, rádio chamadas, telemarketing, projetos de telecomunicações, construção de rede de telecomunicações, instalação e operação de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal e operadores de mesas telefônicas: I- os trabalhadores em empresas de telecomunicações; II- os trabalhadores em empresas interpostas com a empresa de telecomunicações tomadas de serviço, em que se forma o vínculo empregatício, diretamente, indiretamente ou solidariamente com as empresas de telecomunicações, transmissão de dados, correio eletrônico e suporte de internet (provedores), telefonia móvel, serviços troncalizados de comunicação, rádio chamada, telemarketing, call centers, projetos de telecomunicações, construção de rede de telecomunicações, instalação, e operação de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal, estas enquanto tomadoras de serviço; III- os demais trabalhadores em atividades administrativas e econômicas nas empresas telecomunicações; IV- os operadores de mesas telefônicas, telefonistas e teletipistas, com abrangência territorial em GO.**

Salários, Reajustes E Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica estipulada a manutenção do piso salarial mensal de **R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais)**, sempre considerando a carga horária mensal de 180 horas, até Dezembro de 2020, passando em Janeiro de 2021 a vigorar o piso salarial mínimo a ser estipulado pelo Governo federal.

Parágrafo Primeiro: Para os trabalhadores com jornada inferior a 180 (cento e oitenta) horas mensais, o salário deverá observar proporcionalmente o piso estabelecido no "caput".

Parágrafo Segundo: Nos valores acima não está sendo considerada a remuneração variável.

Reajustes/Correções Salaisais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Aos trabalhadores que percebam salários acima do piso, abrangidos pelo presente acordo coletivo de trabalho, será concedido reajuste salarial, de 3,6% (três vírgula seis por cento), a partir de 01/01/2021 nos salários praticados em Dezembro/2020.

Pagamento De Salário - Formas E Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento de salários deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Primeiro: A empresa deverá disponibilizar, aos trabalhadores, acesso aos bancos ou outros meios de pagamento eletrônico via internet ou caixas eletrônicos, facilitando o recebimento de salários ou pagamento de contas.

Parágrafo Segundo: Havendo pagamento de verbas salariais ou benefícios a menor, a empresa compromete-se a efetuar o repasse dos lançamentos errôneos em até 20 (vinte) dias.

Parágrafo Terceiro: Serão fornecidos demonstrativos de pagamento, impresso ou on-line, com a discriminação de todos os títulos que componham a remuneração, importâncias pagas e descontos efetuados, contendo identificação da empresa e o valor de recolhimento de FGTS.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS DO SALÁRIO DOS TRABALHADORES

A EMPRESA poderá descontar dos salários dos seus trabalhadores, consoante o artigo 462 da consolidação das leis do trabalho e além do permitido por lei, valores relativos à alimentação; convênios com instituições de ensino; planos de convênios médicos e odontológicos; transportes; empréstimos pessoais; despesas de parcelamento de convênio médico/odontológico e transporte, quando do retorno do afastamento do INSS; contribuições às associações, clubes e outras agremiações; mensalidade sindical, colônia de férias e outros descontos sindicais; e demais benefícios que porventura conceda ou venha a conceder, quando os respectivos descontos forem autorizados por escrito pelos próprios trabalhadores.

Gratificações, Adicionais, Auxílios E Outros

13º salário

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

A empresa efetuará o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, de acordo com a lei ou em condições mais benéficas, a todos os trabalhadores, no momento do pagamento das férias a serem gozadas, independente de solicitação prévia.

Parágrafo Único: A empresa respeitará a opção dos trabalhadores que não desejarem receber o referido adiantamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO ABONO INDENIZATÓRIO

Aos empregados ativos em 31/12/2019 e que percebem o Piso Salarial Mínimo foi concedido abono único e indenizatório, no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) que será pago no dia 05/09/2020.

Parágrafo Primeiro: Aos empregados ativos em 31/12/2019 que percebem valores acima do piso salarial mínimo, será concedido abono único e indenizatório no percentual de 20,30% (**vinete virgula trinta por cento**) sobre o salário nominal base 31/12/2019, que será pago no dia 05/09/2020, garantindo-se um mínimo de R\$ 240,00 (**duzentos e quarenta reais**)

Parágrafo Segundo: Os abonos previstos nesta cláusula não se aplicam aos TRABALHADORES em cargos de diretoria, superintendência, gerência, devendo ser respeitada a política interna e nomenclatura de cargo da EMPRESA.

Parágrafo Terceiro: Os valores pagos a título de abono indenizatório, não têm caráter remuneratório e conseqüentemente não se incorporarão, em hipótese alguma, ao salário dos TRABALHADORES e ainda, sobre os mesmos não haverá incidência de quaisquer encargos fiscais, trabalhistas ou previdenciários.

Adicional De Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias trabalhadas de segunda a sábado, serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

Parágrafo Primeiro: na hipótese de ocorrer trabalho em dia de repouso, feriados ou domingos, a remuneração será acrescida com o adicional de 100% (cem por cento).

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

Parágrafo Segundo: As horas extras habituais serão integradas para fins de cálculo de férias, 13º salário, DSR's e demais verbas de cunho salarial, sendo que para o cálculo das férias, 13º salário e demais verbas de cunho salarial, será considerada a média percebida nos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo Terceiro: As horas em que o trabalhador permanecer à disposição da empresa para a realização de cursos e treinamentos e que excederem à jornada de trabalho, serão remuneradas como extras.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- HORA NOTURNA

O trabalho noturno será remunerado com acréscimo de 20% (vinte por cento), entendendo-se como tal, o trabalho realizado das 22:00 horas de um dia até as 5:00 horas do dia seguinte, computando-se, para tanto, a hora de trabalho a cada 52:30 minutos, nos termos do artigo 73 da CLT.

Parágrafo Único: No caso de não haver redução de jornada, o empregado receberá as horas trabalhadas em horas noturnas com o adicional de 37,14% (trinta e sete virgula catorze por cento), já inserida neste adicional a remuneração extraordinária decorrente da não redução da jornada noturna.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROMOÇÕES

A promoção de trabalhador para cargo de nível superior ao exercido comportará um período experimental que não poderá exceder a 60 (sessenta) dias, sendo que será garantido ao trabalhador promovido para função ou cargo sem paradigma, após o período de experiência previsto nesta cláusula, um aumento salarial, conforme política de cargos e salários da empresa para a função.

Parágrafo Único: Para efeitos de promoções dos trabalhadores as punições serão canceladas após 06 (seis) meses da data da sua aplicação.

Participação Nos Lucros E/Ou Resultados

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Fica garantido o pagamento de **R\$ 120,00 (CENTO E VINTE REAIS)** a título de participação nos lucros e resultados a todos os empregados, exceto, gerentes, superintendentes e diretores, referente ao exercício 2019, sendo que o valor será pago no dia 05/09/2020.

Parágrafo 1º - Elegibilidade:

- 1- Estar ativo na empresa em 31/12/19;
- 2- Ter trabalhado durante o ano de 2019 um mínimo de 90 dias;
- 3- Os afastamentos por doença/acidente profissional, não serão descontados, tão pouco as licenças maternidades;

Parágrafo Único: A empresa apresentará, no ato de assinatura deste acordo, modelo de Programa de Participação nos Lucros e Resultados referente ao exercício de 2020 ao SINTTEL/GO.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO LANCHE/VALE REFEIÇÃO/CESTA BÁSICA

A empresa fornecerá aos trabalhadores que estiverem no exercício de suas atividades regulares, e para os dias efetivamente trabalhados, vale-refeição ou alimentação por mês, nos seguintes valores faciais, conforme abaixo:

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

A) Vale refeição no valor de R\$ 4,95 (quatro reais e noventa cinco centavos) por dia efetivamente trabalhado, será reajustado a partir de 01/07/2020 em 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), passando a ser de **R\$ 5,17 (cinco reais e dezessete centavos)**, aos trabalhadores contratados com jornadas inferiores a 180 horas mensais;

B) Vale refeição no valor de R\$ 10,24 (dez reais e vinte quatro centavos) por dia efetivamente trabalhado, será reajustado a partir de 01/07/2020 em 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), passando a ser de **R\$ 10,70 (dez reais e setenta centavos)**, aos trabalhadores contratados com jornada de até 180 horas mensais;

C) Vale refeição no valor de R\$ 10,90 (dez reais e noventa centavos) por dia efetivamente trabalhado, será reajustado a partir de 01/07/2020 em 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), passando a ser de **R\$ 11,39 (onze reais e trinta nove centavos)**, aos trabalhadores contratados com jornada de até 180 horas mensais (7h12min), numa escala 5 x 2.

D) Vale refeição no valor de R\$ 16,85 (dezesseis reais e oitenta cinco centavos) por dia efetivamente trabalhado, será reajustado a partir de 01/07/2018 em 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), passando a ser de **R\$ 17,60 (Dezessete reais e sessenta centavos)**, aos trabalhadores contratados com jornada de 220 horas mensais.

Parágrafo primeiro: Todas as diferenças decorrentes dos reajustes constantes dos parágrafos anteriores deverão ser creditadas na próxima carga do cartão, em até 05 de Setembro de 2020.

Parágrafo segundo: A empresa deverá manter as condições atualmente praticadas quanto à participação dos trabalhadores no valor total do benefício, sendo que eventuais exceções deverão ser negociadas diretamente com o SINTTEL/GO.

Parágrafo terceiro: Os valores acima estipulados não têm caráter remuneratório e, conseqüentemente, em face de sua natureza jurídica, não se incorporarão, em hipótese alguma, ao salário dos trabalhadores, não havendo, inclusive, sobre o montante, incidência de quaisquer encargos fiscais e trabalhistas.

Parágrafo quarto: Fica garantido aos trabalhadores a possibilidade de escolher o recebimento do benefício na forma de vale alimentação ou refeição, podendo ainda receber 50% (cinquenta por cento) através de vale alimentação e 50% (cinquenta por cento) através de vale refeição, devendo fazer a opção por escrito perante a empresa por um período não inferior a 6 (seis) meses.

Parágrafo Quinto: Os valores dos benefícios previstos nas alíneas (a), (b) e (c) desta cláusula serão reajustados, em 01/01/2021, pelo INPC acumulado para a data base (período de acumulado de janeiro a dezembro/2020).

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO DE VALE TRANSPORTE AOS TRABALHADORES

A empresa, em face de determinação legal, fornecerá aos seus trabalhadores o vale transporte conforme condições previstas na legislação vigente.

Parágrafo Primeiro: As partes, de comum acordo, convencionam que a empresa, para cumprimento das obrigações estipuladas no "caput" desta cláusula, poderá efetuar, quando não seja possível disponibilizar através de cartão de transporte, eventualmente, o pagamento da importância equivalente a cada trabalhador, em espécie, cujo valor será pago, juntamente com a folha de pagamento, sob a rubrica "VT", com o devido desconto previsto na legislação vigente.

Parágrafo Segundo: O pagamento acima estipulado não tem caráter remuneratório e, conseqüentemente, em face de sua natureza jurídica, não se incorporará em hipótese alguma ao

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

salário dos trabalhadores, não havendo, inclusive, sobre esta incidência de quaisquer encargos fiscais e trabalhistas.

Parágrafo Terceiro: A empresa fornecerá os vales-transportes na quantidade necessária para a locomoção entre o local de trabalho e a residência do trabalhador, exclusivamente para os dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo Quarto: Ficam garantidos os vales-transportes de ida ao local de trabalho e retorno a residência, ao trabalhador que tenha comparecido ao local de trabalho e sido dispensado, ou comparecido para jornada extraordinária não contínua com sua jornada normal.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO DEPENDENTE FILHO ESPECIAL

A empresa concederá mensalmente aos trabalhadores com filhos portadores de necessidades especiais, o valor de **R\$ 261,67 (duzentos e sessenta um reais e sessenta sete centavos)** mensais, será reajustado a partir de julho/2020 em **3,38% (três vírgula trinta e oito por cento)**, passando a ser de **R\$ 270,82 (Duzentos e setenta reais e oitenta dois centavos)**, independente de idade, mediante apresentação de atestado / laudo médico.

Parágrafo Primeiro: Não será devido o auxílio nos casos em que o cônjuge perceba benefício igual ou equivalente, pago por qualquer empresa ou entidade pública ou privada.

Parágrafo Segundo: Todas as diferenças decorrentes dos reajustes constantes acima deverão ser creditadas em setembro/2020.

Parágrafo Terceiro: Caso os cônjuges sejam empregados da empresa, o pagamento será feito exclusivamente a um deles.

Parágrafo Quarto: O valor do benefício previsto nesta cláusula será reajustado, em 01/01/2021, pelo INPC acumulado para a data base (período de acumulado de janeiro a dezembro/2020).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA / ODONTOLÓGICA

A empresa fornecerá assistência médica, conforme definido no seu regulamento interno, aos trabalhadores com vínculo contratual por prazo indeterminado, arcando parcialmente com os custos do convênio médico, em regime de coparticipação com os trabalhadores favorecidos pelo benefício.

Parágrafo Único: A empresa disponibilizará convênio de assistência odontológica para seus trabalhadores e dependentes, cabendo a esses optar pela adesão, cujo custo será assumido integralmente pelo titular do plano, com desconto direto na folha de pagamento.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do trabalhador, a empresa pagará ao dependente legal, a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salário e outras verbas trabalhistas remanescentes, 01 (um) salário nominal em caso de morte natural ou acidental e 2 (dois) salários nominais em caso de morte por acidente de trabalho, limitado a **R\$ 2.932,36 (dois mil novecentos e trinta dois e trinta seis centavos)**, caso o mesmo não possua esta cobertura em plano de seguro contratado.

auxílio creche

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO CRECHE / REEMBOLSO CRECHE

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

A empresa concederá mensalmente aos trabalhadores, auxílio-creche / reembolso creche nos moldes atualmente praticados, no valor de **R\$ 209,56 (duzentos e nove reais e cinquenta seis centavos)** mensais, será reajustado a partir de julho/2020 em **3,38% (três vírgula trinta e oito por cento)**, passando a ser de **R\$ 216,64 (Duzentos e dezesseis reais e sessenta quatro centavos)** mediante a comprovação da efetiva despesa, até a criança completar 60 (sessenta) meses de vida. Os empregados deverão apresentar comprovante da efetiva despesa em que conste o número do CNPJ do estabelecimento ou recibo com CPF do prestador em caso de pessoa física, desde que atendidos os requisitos legais previstos na portaria do ministério do trabalho, com os requisitos exigidos pelos decretos nº 3048 e 3265, em seu artigo 214, parágrafo 9º, incisos XXIII e XXIV.

Parágrafo Primeiro: As exceções desta cláusula deverão ser negociadas diretamente com o SINTTEL.

Parágrafo Segundo: Todas as diferenças decorrentes dos reajustes constantes acima deverão ser creditadas em setembro/2020.

Parágrafo Terceiro: Fica facultado à empresa, conceder esse benefício, não cumulativo, a todos trabalhadores com filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade.

Parágrafo Quarto: No caso de o trabalhador comprovar tutela exclusiva, em decorrência de ausência definitiva ou morte da mãe, estender-se-á o presente benefício ao trabalhador.

Parágrafo Quinto: Caso os cônjuges sejam trabalhadores da empresa, o pagamento será feito exclusivamente a um deles.

Parágrafo Sexto: Deverá ser apresentado, na administração de recursos humanos, o comprovante até o dia 10 do mês corrente ao pagamento para a creche/escola ou no primeiro dia útil subsequente na ocorrência de folgas e/ou feriados e desde que haja expediente do RH, com vistas ao recebimento do reembolso/auxílio na folha de pagamento do mês corrente.

Parágrafo Sétimo: O valor do benefício previsto nesta cláusula será reajustado, em 01/01/2021, pelo INPC acumulado para a data base (período de acumulado de janeiro a dezembro/2020).

Seguro De Vida

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SEGURO DE VIDA

A empresa manterá seguro de vida em grupo, para todos os trabalhadores, enquanto mantiver o vínculo contratual, mantendo as condições atualmente praticadas pela EMPRESA.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A empresa compromete-se a incrementar a celebração de novos e a manutenção de convênios com instituições de ensino (faculdades, escolas profissionalizantes e de idiomas) visando à obtenção de descontos nas mensalidades pagas por seus trabalhadores.

Parágrafo Primeiro: Para divulgação das informações sobre os convênios aos TRABALHADORES, a EMPRESA emitirá um boletim periódico sobre instituições em negociação, situação e condições negociadas, bem como data prevista de assinatura.

Parágrafo Segundo: A EMPRESA buscará, na negociação dos convênios, garantir que a concessão dos aludidos descontos dados pelas instituições seja mantida por até 90 (noventa) dias após as possíveis rescisões dos contratos de trabalho dos TRABALHADORES que utilizem o benefício.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

Parágrafo Terceiro: A EMPRESA buscará, na negociação dos convênios, a concessão de descontos pelas instituições extensiva aos dependentes dos TRABALHADORES, e também para outros cursos que tais instituições de ensino tenham a oferecer.

Contrato De Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades

Normas Para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REGISTRO ELETRÔNICO E ATUALIZAÇÕES EM CTPS

A empresa manterá controle informatizado do registro de trabalhadores em conformidade com a portaria nº 41/2007 do MTE.

Parágrafo Primeiro: Em não havendo registro eletrônico a empresa obriga-se a promover o registro formal do contrato de trabalho na CTPS, especificando o cargo a que o trabalhador estiver exercendo efetivamente, adotando as alterações na função, inclusive de salários, excluídos os casos de substituição temporária.

Parágrafo Segundo: A CTPS recebida mediante comprovante, para anotação, deverá ser devolvida ao trabalhador em 48 (quarenta e oito) horas.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TESTE ADMISSIONAL

A realização de teste admissional práticos operacionais não poderão ultrapassar 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único: A empresa fornecerá, gratuitamente, alimentação aos candidatos em teste, que permanecerem na empresa no período de duração da jornada de trabalho referente à função pleiteada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - LIQUIDAÇÃO DE DIREITOS RESCISÓRIOS

Considerando a homologação obrigatória, para funcionários com mais de um ano de empresa, a empresa firmará termo aditivo com o **SINTEL GO** a fim de regulamentar o procedimento homologatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CARTA DE AVISO DE DISPENSA

A trabalhador dispensado sob a alegação de prática de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito e contra recibo, esclarecendo os motivos, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

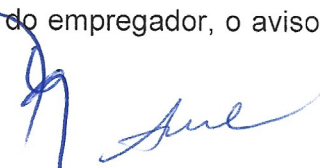
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CARTA DE REFERÊNCIA

No ato da homologação de rescisão de contrato de trabalho, a empresa fornecerá mediante solicitação do trabalhador, uma carta de referência com o seguinte texto: "nada consta em seu prontuário que desabone a sua conduta durante o vínculo empregatício"; bem como toda documentação dos cursos que o trabalhador tenha concluído na empresa, ou justificará por escrito a sua recusa em fornecê-los.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO

Nos casos de rescisão de contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, o aviso prévio obedecerá aos seguintes critérios:



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

- a) Será comunicado pela empresa por escrito e contra recibo com esclarecimentos se será trabalhado ou não;
- b) Fica garantida a todo trabalhador, a redução de duas horas diárias, prevista no artigo 488 da CLT, que será utilizada atendendo à conveniência do trabalhador no início ou no fim da jornada de trabalho ou o trabalhador poderá optar por dias corridos durante o período do aviso prévio, quaisquer dessas opções mediante manifestação única do trabalhador, exercida no ato do recebimento do pré-aviso, não sendo aceitas alterações.
- c) Caso seja o trabalhador impedido pela empresa de prestar sua atividade profissional durante o aviso prévio, ele fica desobrigado de comparecer a empresa, fazendo, no entanto, jus à remuneração integral;
- d) Ao trabalhador que no curso do aviso trabalhado, solicitar imediato desligamento ao empregador, por escrito, e comprovar recolocação no mercado de trabalho, será atendido e terá a anotação da respectiva baixa na CTPS. neste caso, a empresa está obrigada em relação a essa parcela, a pagar apenas os dias efetivamente trabalhados, sem prejuízo da redução legalmente garantida.

Contrato A Tempo Parcial

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - COOPERATIVAS / MÃO DE OBRA / ESTAGIÁRIOS

Fica expressamente vedada à empresa a contratação de trabalhadores através de cooperativas de mão-de-obra, mão de obra de terceiros e estagiários, para executarem os serviços das atividades fins ou preponderante da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

A empresa poderá estipular contrato de experiência pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: Não será celebrado o contrato de experiência nos casos de readmissão de trabalhadores para a mesma função anteriormente exercida na empresa, bem como para os casos de admissão de trabalhadores que estejam prestando serviços na mesma função como mão-de-obra temporária.

Outras Normas Referentes A Admissão, Demissão E Modalidades De Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - GARANTIAS DO TRABAL. P/ A HIPÓTESE DE ENCERRAM. DAS ATIV. DA EMP. NA REGIÃO

Se a empresa, por qualquer motivo, encerrar totalmente suas atividades na base territorial do respectivo sindicato, obriga-se a comunicar tal fato ao mesmo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Relações De Trabalho - Condições De Trabalho, Normas De Pessoal E Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FOMENTO AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DE CAPACITAÇÃO EM TELEATENDIMENTO

O sindicato permitirá à empresa a criação de um "berço" de teleoperadores recrutados, selecionados e treinados em técnicas gerais de teleatendimento, bem como em operações específicas da empresa,

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

no seu centro de treinamento, se houver, conferindo-lhes a devida certificação de aproveitamento e frequência.

Parágrafo Primeiro: Para tal finalidade, a empresa fornecerá técnicos de recursos humanos, instrutores e multiplicadores de instrução, podendo também fazer a doação ou uso de equipamentos de informática.

Parágrafo Segundo: O sindicato permitirá o uso das instalações do seu centro de treinamento para as atividades relacionadas com os objetivos acima descritos, o acesso e encaminhamento de candidatos às vagas e aos treinamentos fornecidos.

Parágrafo Terceiro: As partes consentem em somar esforços administrativos no desenvolvimento de cursos de capacitação profissional nas áreas de teleatendimento, privilegiando o acesso às vagas abertas na empresa para o emprego dos profissionais assim formados, não representando tal privilégio uma obrigação de contratação.

Assédio Moral

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSÉDIO MORAL / SEXUAL

A empresa se obriga a informar seus trabalhadores que não será admitida nenhuma prática de assédio moral ou sexual.

Igualdade De Oportunidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RECONHECIMENTO DOS DIR. PREVISTO NESTE INST. P/ OS TRABAL. EM UNI. HOMOAFETIVA

Fica assegurado aos trabalhadores em união homoafetiva, reconhecida na forma legal, a garantia de todos os direitos previstos no presente instrumento na sua integralidade, de forma a facilitar o resguardo dos interesses de seus companheiros (as) e dependentes reconhecidos na forma legal.

Parágrafo Único: Fica assegurado desde já que a empresa envidará esforços para garantir o direito do trabalhador (a), utilizar o nome social e se vestir como se identifica.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA Á GESTANTE

Fica assegurada à trabalhadora gestante a garantia do emprego, desde a confirmação da gravidez até 180 (cento e oitenta) dias a partir do início da licença-maternidade.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA

Fica garantido o emprego durante o período de 12 (doze) meses que antecede a data de aquisição do direito à aposentadoria (integral ou proporcional) ao trabalhador que tenha no mínimo 05 (cinco) anos de trabalho na empresa.

Parágrafo Único: Para fazer jus à garantia prevista no "caput", o trabalhador deverá comunicar por escrito ao recurso humano da empresa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias que antecedem ao início do período de 12 (doze) meses que faltam para aquisição do direito à aposentadoria, comprovando,

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

documentalmente, o preenchimento dos requisitos concernentes ao tempo de contribuição e, se necessário, de idade, suficientes para aquisição do direito.

Estabilidade Aprendiz

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - GARANTIAS AO TRABALHADOR ESTUDANTE

a) **HORÁRIO DE TRABALHO** – o trabalhador estudante, matriculado em estabelecimento de ensino e cursando primeiro grau, segundo grau, curso superior, curso de formação profissional ou profissionalizante, somente poderá ter o seu horário de trabalho alterado, até o término da etapa que estiver sendo cursada, desde que não interfira em seu horário escolar. Para tanto, a empresa deverá ser notificada dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à assinatura desta norma coletiva ou imediatamente após a matrícula.

b) Ficam as empresas proibidas de prorrogar a jornada de trabalho do trabalhador estudante, ressalvadas as hipóteses dos artigos 59 e 61 da CLT.

Outras Normas Referentes A Condições Para O Exercício Do Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A empresa prestará assistência jurídica gratuita na esfera criminal, aos trabalhadores que, a seu serviço, vierem a se envolver em acidentes com veículos da empresa, exceto quando houver dolo dos mesmos, segundo apuração interna.

Outras Normas De Pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DIA DO TELEOPERADOR

Fica mantido o dia 4 (quatro) de julho como dia do operador de teleatendimento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FORMULÁRIOS DA PREVIDÊNCIA

A empresa deverá preencher os formulários exigidos pela previdência social para a concessão de quaisquer benefícios devidos tais como: aposentadoria (inclusive especial), auxílio doença, acidente de trabalho, auxílio natalidade, abono de permanência; entregando ao trabalhador a respectiva comunicação em 5 (cinco) dias úteis a contar da data do pedido.

Outras Estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - LICENÇA PARA TRABALHADORES (AS) VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A empresa abrangida por este acordo coletivo de trabalho concederá licença remunerada de 2 (dois) dias, mediante a apresentação do boletim de ocorrência emitido pela autoridade policial competente, para os (as) trabalhadores (as) que venham a ser vítimas de violência doméstica.

Jornada De Trabalho - Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração E Horário

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO

A Duração da jornada de trabalho dos trabalhadores operadores em teleatendimento, em regime de escala de revezamento, cuja implementação a critério da empresa fica autorizada, será de 36 (trinta e seis) horas semanais, sendo de seis horas diárias.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

Parágrafo Primeiro: Os trabalhadores operadores terão uma folga semanal, sendo essa folga, pelo menos uma vez por mês, concedida aos domingos.

Parágrafo Segundo: As partes dão-se por cientes de que está autorizado o trabalho aos domingos, nos termos do parágrafo único do artigo 67 da CLT, observada a escala de trabalho previamente estabelecida, bem como a regra do parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro: A empresa poderá, também, contratar trabalhadores para trabalhos especiais, a serem executados em dias determinados do mês ou da semana laboral, pagando-lhes o valor proporcional ao salário-base, não inferior ao piso da categoria em relação ao número de horas trabalhadas, respeitadas as normas da legislação vigente quanto ao número máximo de horas extras.

Parágrafo Quarto: Para todos os demais trabalhadores serão mantidas as jornadas de trabalho atualmente praticadas.

Parágrafo Quinto: A EMPRESA poderá prorrogar a jornada diária de seus trabalhadores de 8 (oito) e 6 (seis) horas, para compensação da jornada laborada aos sábados, observando-se a jornada semanal de trabalho, respectivamente, e a legislação vigente, estando desobrigada de firmar acordos individuais de prorrogação e/ou compensação da jornada de trabalho com seus trabalhadores.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – TELETRABALHO

Fica a EMPRESA liberada para estabelecer Teletrabalho (home-office), permitindo ao trabalhador prestar seus serviços fora das dependências da empresa e com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação a serem disponibilizada por esta, conforme política interna durante a aplicação da prática de Teletrabalho.

Parágrafo Primeiro: *Para os trabalhadores que comprovadamente se enquadrem nos grupos de risco sendo: colaboradores acima de 60 anos, portadores de doenças crônicas declarados a empresa, gestantes, lactantes, e mães com filhos até 06 anos de idade e os indicados pela autoridade sanitária competente, o estabelecimento do regime de TELETRABALHO deve ser priorizado.*

Parágrafo Segundo: Aos/às trabalhadores/as em regime de Teletrabalho será assegurado o fornecimento de vale-refeição e/ou vale-alimentação, por dia trabalhado, nos valores e critérios atualmente praticados.

Parágrafo Terceiro: A EMPRESA fica isenta do pagamento de vale-transporte, vale-combustível durante a aplicação da prática de Teletrabalho.

Parágrafo Quarto: A EMPRESA fornecerá aos trabalhadores incluídos nesse regime:

- (i.) Ajuda de custo no valor de **R\$ 80,00 (oitenta reais)** mensais para pagamento de banda larga de internet e energia elétrica, conforme ANEXO I (Guia de Boas Práticas – ATENTO) do presente aditivo;
- (ii.) Ajuda de Custo mensal restrita ao custeio de energia elétrica, no valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)**, para os empregados que receberam modem de internet pelo empregador;
- (iii.) A partir de Janeiro de 2021, o valor do item (i) passará a ser de **R\$ 90,00 (noventa reais)**.

Parágrafo Quinto: Os valores pagos à título de Ajuda de Custo não tem caráter remuneratório e conseqüentemente não se incorporarão em hipótese algum ao salário dos empregados, e ainda, sobre os mesmos não haverá incidência de quaisquer Encargos Fiscais, Trabalhistas ou Previdenciários.

Parágrafo Sexto: Em virtude da adoção do regime de Teletrabalho (Home Office) as partes (SINTTEL E EMPRESA) se comprometem a discutir e instituir condições para adequação desta modalidade de trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - TRANSFERÊNCIA DE JORNADAS DE 4 HORAS PARA 6 HORAS

Os trabalhadores em jornada de 4 (quatro) horas que desejarem transferência para jornada de 6 (seis) horas do mesmo serviço que estão cumprindo, há mais de 6 (seis) meses, em jornada reduzida, terão prioridade na mudança de carga horária.

Parágrafo Único: Os trabalhadores interessados no acréscimo da jornada deverão inscrever-se conforme procedimentos específicos de cada empresa, indicando a mudança desejada, bem como o turno de preferência.

Compensação De Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Acordam as partes na manutenção do sistema de “banco de horas”, para controle, compensação e remuneração de horas excedentes da jornada contratual.

Parágrafo Primeiro: A compensação das horas excedentes da jornada contratual, eventualmente realizadas pelos trabalhadores, far-se-á na proporção de 1,5 (uma hora e meia), ou seja, uma hora e trinta minutos de descanso para cada 1 (uma) hora extra trabalhada, com exceção das horas trabalhadas aos domingos, feriados e dias compensados, que será feita na proporção 2 (duas) horas de descanso para cada 1 (uma) hora trabalhada.

Parágrafo Segundo: As horas compensadas com folgas não terão reflexos no repouso semanal remunerado, nas férias, no aviso prévio, no 13º salário, no FGTS, ou em qualquer outra verba trabalhista.

Parágrafo Terceiro: A empresa pagará as horas excedentes dos trabalhadores como horas extraordinárias, caso não seja possível a compensação das mesmas dentro de um período de 90 (noventa dias), a contar da sua efetiva realização.

Parágrafo Quarto: A empresa adotará um limite máximo de horas extras em banco, equivalente a 80 (oitenta) horas, a partir do qual, quaisquer horas serão automaticamente pagas através de Folha de pagamento.

Parágrafo Quinto: A empresa garantirá ao empregado que tenha horas credoras pendentes de gozo dos trabalhadores e que se encontre na iminência de desligamento por término de contrato com cliente, a utilização das horas acumuladas em banco de horas para aguardar possível realocação em outro serviço dentro da empresa.

Parágrafo Sexto: A EMPRESA fará constar do contracheque dos trabalhadores, os débitos e créditos em Banco de Horas do período.

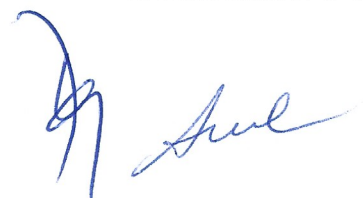
Intervalos Para Descanso

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - INTERRUPTÕES DO TRABALHO

As interrupções do trabalho, que independam da vontade do trabalhador, não poderão ser compensadas posteriormente, ficando-lhe assegurada à remuneração.

descanso semanal

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - FOLGAS SEMANAIS, ESCALA DE REVEZAMENTO E PLANTÃO



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

A folga semanal sem dia da semana pré-definido, não poderá ser concedida em dia feriado, sob pena de ser devida outra folga compensatória ou as horas extras correspondentes.

Parágrafo Primeiro: Os trabalhadores que cumprem escala de revezamento, escala de plantão e trabalham em dias considerados feriados, terão direito ao mesmo número de folgas concedidas, no mês, àqueles trabalhadores que não se sujeitam à escala de revezamento.

Parágrafo Segundo: A empresa manterá esquema de revezamento de plantão nas festividades de natal e ano novo, de tal forma que os trabalhadores tenham folga garantida em uma delas.

Parágrafo Terceiro: As escalas de revezamento deverão ser divulgadas, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, ressalvando-se alterações em casos emergenciais informados ao respectivo sindicato, respeitando-se o intervalo de 11 (onze) horas entre jornadas, com a faculdade de troca negociada entre os trabalhadores, desde que haja comunicação ao superior hierárquico com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Controle Da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - REGISTRO DE PONTO

A empresa poderá adotar sistemas alternativos de controle de jornadas, conexão/desconexão ao sistema de atendimento, de forma manual, mecânica ou informatizada, estando inclusive autorizadas a adotar sistemas alternativos eletrônicos de controle eletrônico de jornada nos termos da PORTARIA MTE-373/2011, restando ainda suprida à necessidade de assinatura mensal no espelho de ponto, bem como o registro do intervalo para descanso e alimentação que é concedido de acordo o previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - HORÁRIOS DE TRANSPORTE

O encerramento do expediente que se verificar no período noturno, caso a empresa não forneça transporte coletivo, deverá coincidir com os horários cobertos normalmente por serviços de transporte público.

Parágrafo Único: Aos trabalhadores que, por exigência operacional em situação extraordinária, excepcionalmente necessitem se deslocar da residência para o trabalho ou do trabalho para a residência no horário compreendido entre 00:00 horas e 5:00 horas, a empresa assegurará alternativa de transporte, sem custo para os mesmos, ficando nesses casos desobrigada de fornecer vale-transporte.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

A empresa considerará justificadas as ausências ao trabalho, nos limites e situações seguintes, mediante comprovação legal:

a) 04 (quatro) dias consecutivos considerando o dia do evento, quando do falecimento do cônjuge, descendentes e ascendentes de qualquer nível e irmão, bem como de pessoa declarada na CTPS e que viva sob sua dependência econômica.

b) 05 (cinco) dias úteis, por ocasião do casamento.

c) declaração de horas - serão aceitas declaração de até 03 (três) horas livres sem distinção de trajeto e/ou atendimento para as ausências.

d) Nos casos de Acompanhamento de consulta e exames de filhos (as) menores de 12 (doze) anos, ou da internação de Cônjuges e Pais, a ATENTO abonará/justificará 08 (oito) dias de faltas por ano para o (a) empregado (a) que tenha um filho, e 9(nove) dias de faltas por ano, para o (a) empregado (a) que tenha mais de um filho, sendo indispensável a apresentação de atestado/declaração de acompanhamento oficial;

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

e) Atendendo ao disposto no inciso XIX, art. 7º, da C.F. de 1.988, combinado com o § 1º do art. 10 do ADCT, a licença paternidade será de 5 (cinco) dias corridos, contados desde a data do parto, neles incluindo o dia previsto no inciso III, do art. 473 da CLT. para o caso de pai ou mãe adotante, será concedido nos termos da lei de adoção.

f) Ressalvados os casos mencionados no art. 473 da CLT, cujas ausências são remuneradas, a empresa não descontará o DSR e feriados da semana respectiva, nos casos de ausência de trabalhador motivada pela necessidade de obtenção de documentos legais, desde que comprovados posteriormente, não sendo a falta computada para efeito de férias e 13º salário. não se aplicará este item quando o documento puder ser obtido em dia não útil ou fora do horário regular do trabalhador, bem como nos casos de registro de nascimento de filhos.

g) Acompanhamento durante o período de internação para filho menor de até 12 (doze) anos de idade, desde que previamente informado a EMPRESA, mediante apresentação de atestado médico, sem limite de dias.

Parágrafo Primeiro: Serão abonadas as faltas do trabalhador para prestação de exames vestibulares, desde que em estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, pré-avisado o empregador com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas e comprovação posterior, limitada às duas primeiras inscrições comunicadas ao empregador e à comprovação da realização da prova.

Parágrafo Segundo: A empresa abonará 1 (um) dia por semestre, as faltas ao trabalho, dos deficientes físicos, decorrentes da comprovada manutenção de aparelhos ortopédicos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - REUNIÃO ESCOLAR

A empresa aceitará como ausência justificada, 05 (cinco) faltas por ano dos trabalhadores que são pais ou responsáveis legais de crianças de até 12 anos quando estes necessitarem se ausentar do trabalho para comparecer às REUNIÕES NAS ESCOLAS onde os filhos estudarem.

Parágrafo Único: A justificativa será concedida a apenas um dos CÔNJUGES mediante COMPROVAÇÃO EXPEDIDA PELA ESCOLA, por meio declaração de frequência, que deverá ser entregue no prazo de 24 horas a contar do INÍCIO DA PRÓXIMA JORNADA.

outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA- DESCONTO DSR

A ocorrência de até dois atrasos ao trabalho, em semanas diferentes durante o mês, não superiores há 15 minutos cada, não acarretarão os descontos correspondentes do D.S.R. (descanso semanal remunerado) nesta hipótese, a empresa não poderá impedir o cumprimento do restante da jornada de trabalho.

Férias E Licenças

Duração E Concessão De Férias

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS

A empresa poderá, por ocasião das férias dos trabalhadores, praticarem as seguintes regras:

a) Aos trabalhadores estudantes e aos trabalhadores que tem filhos, o período de férias poderá coincidir com as férias escolares;

b) O trabalhador poderá requerer o abono pecuniário, se assim lhe convier, no prazo estabelecido no artigo 143 da CLT, mesmo que o seu contrato de trabalho esteja vigendo por jornada parcial.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

- c) A concessão de férias será participada, por escrito, ao trabalhador, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.
- d) O início das férias não poderá coincidir com sexta-feira, sábados, domingos ou feriados ou dias já compensados.
- e) A empresa não poderá cancelar ou modificar o início previsto do gozo de férias individuais ou coletivas.

Licença Adoção

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA ADOTANTE

A empresa concederá licença remunerada aos trabalhadores, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro. Para efeito de concessão da licença prevista nesta cláusula, o início do benefício dar-se-á a partir da apresentação do termo judicial de guarda da adotante ou guardiã à EMPRESA.

Parágrafo Segundo: Nos casos em que a guarda provisória não for renovada, ao empregado fica obrigado a retornar imediatamente ao trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - INCENTIVO PARA ADOÇÕES

A empresa concederá idêntico tratamento relativo à licença maternidade / paternidade remunerada, bem como garantia de emprego, conforme previsto na cláusula trigésima segunda à trabalhadora que adotar criança.

Parágrafo Único: A licença maternidade / paternidade remunerada, bem como a estabilidade da trabalhadora só será concedida, mediante apresentação do termo judicial de guarda ao adotante.

Saúde E Segurança Do Trabalhador

Condições De Ambiente De Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

A empresa adotará medidas de proteção prioritariamente de ordem coletiva, em relação às condições de trabalho e segurança do trabalhador, conforme portaria nº. 3214/78.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONDIÇÕES DE TRABALHO E OUVIDORIA

A empresa buscará a contínua melhoria das condições de trabalho, respeitando as disposições contidas no anexo II da NR17, acordo coletivo.

Cipa - Composição, Eleição, Atribuições, Garantias Aos Cipeiros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CIPA

A empresa está obrigada ao cumprimento da legislação vigente sobre a cipa e convocação eleições com 60 (sessenta) dias de antecedência, dando publicidade do ato através de edital e enviando cópia ao respectivo sindicato nos primeiros 10 (dez) dias do período acima estipulado.

Parágrafo Primeiro: A eleição dos cipeiros deverá ser acompanhada pelo sindicato.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

Parágrafo Segundo: As reuniões dos cipeiros ocorrerão no período normal de trabalho, sendo certo que no caso de ocorrer fora do horário de trabalho, o trabalhador fará jus ao recebimento de horas extraordinárias.

exames médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS E MEDICINA PREVENTIVA

A empresa realizará exames periódicos, sem ônus, para todos trabalhadores, inclusive por ocasião da rescisão contratual, fornecendo cópia dos resultados.

Parágrafo Único: A empresa promoverá campanhas educacionais na área da saúde.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CLÍNICAS MÉDICAS

A empresa manterá através da assistência médica, clínicas médicas nas proximidades dos locais de trabalho, para atendimento preferencial de seus trabalhadores.

Parágrafo Único: Em casos de urgência e/ou emergência a empresa providenciará a remoção do trabalhador até o pronto socorro mais próximo do local de trabalho, nos horários que não tenham médicos na empresa.

aceitação de atestados médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ENTREGA DE ATESTADOS MÉDICOS

Para fins de justificativa de falta, a empresa somente considerará os atestados que comprovem atendimento médico ou boletins de atendimento emergencial, desde que emitidos pelos órgãos públicos de saúde, pelo convênio médico ou ambulatorial das empresas ou outro convênio que venha beneficiar o trabalhador, e desde que neles esteja discriminada, de forma legível e sem rasuras, a hora da consulta e esta tenha sido coincidente com a sua jornada de trabalho, além das datas de afastamento concedidas.

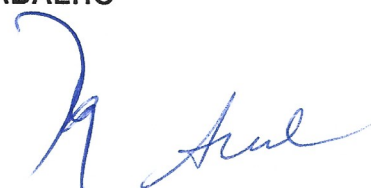
Parágrafo Primeiro: Os atestados médicos deverão ser apresentados à empresa no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da hora do início da jornada do dia seguinte à emissão da licença, não sendo considerados para abono das faltas os atestados entregues fora do prazo assinalado e que não atendam aos requisitos de validade estabelecidos no "caput".

Parágrafo Segundo: Os atestados médicos poderão ser entregues por terceiros, desde que comprovada à impossibilidade de locomoção do trabalhador, observado o prazo e critério previsto no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido a criação de uma comissão de caráter consultivo, visando à busca de melhorias no processo de atestado médico.

Acompanhamento De Acidentado E/Ou Portador De Doença Profissional

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

A empresa abrirá e encaminharão ao INSS, a CAT dos trabalhadores vítimas de acidente do trabalho ou doença profissional, bem como enviarão mensalmente ao respectivo sindicato, cópia das CAT's abertas no período.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIAS AO TRABALHADOR AFASTADO DO SERVIÇO POR ACIDENTE DE TRABALHO

Ao trabalhador afastado do serviço por acidente de trabalho, percebendo o benefício previdenciário respectivo, por mais de 15 (quinze) dias, será garantido emprego ou salário, a partir da alta médica, pelo período de 12 (doze) meses, além do aviso-prévio previsto em lei.

- a) Na hipótese da recusa pela empresa da alta médica, a mesma arcará com o pagamento dos dias não pagos pela previdência social havidos entre o reencaminhamento e a confirmação da alta médica pelo INSS.
- b) Dentro do prazo limitado nesta garantia, estes trabalhadores não poderão ter seus contratos de trabalho rescindidos pelo empregador, nos termos da legislação aplicável.
- c) Os trabalhadores garantidos por esta cláusula se obrigam a participar dos processos de readaptação às novas funções indicadas pela EMPRESA.
- d) As garantias previstas nesta cláusula não se aplicam quando o trabalhador não colaborar com o processo de readaptação às novas funções.
- e) A EMPRESA envidará esforços para a criação de um projeto especial de responsabilidade social, onde poderão ser designados funcionários com estabilidade ou com pedido de reabilitação profissional para atuarem em trabalhos sociais junto à comunidade local.

campanhas educativas sobre saúde

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA- INFORMAÇÕES LEGAIS SOBRE SAÚDE

A empresa envidará esforços para facilitar o conhecimento de suas medidas de segurança e medicina do trabalho ao respectivo sindicato, desde que por ele solicitadas, envolvendo:

- a) Comunicações de acidentes de trabalhos;
- b) Ergonomia dos postos de trabalho;
- c) Cipa;
- d) Ginásticas e exercícios laborais adotados, visando prevenir ocorrência de doenças ocupacionais, dentro da sua jornada de trabalho.

Parágrafo Primeiro: Compromete-se, ainda, a desenvolver e adotar programas de saúde, visando prevenir doenças como a DORT/LER e os casos de depressão/stress, arcando com os custos de manutenção dos referidos programas.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores receberão por ocasião dos exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, ou realizados extraordinariamente, cópia dos resultados dos exames de controle por exposição aos diferentes riscos, a serem realizados na periodicidade determinada pelo médico do trabalho responsável pelo PCMSO – NR-9, da empresa.

Parágrafo Terceiro: As partes envidarão esforços para manterem reuniões periódicas, no mínimo a cada três meses, visando avaliar as condições do trabalho e discutir os problemas eventualmente manifestados para o sindicato.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

Relações Sindicais

Acesso Do Sindicato Ao Local De Trabalho

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS

A empresa autorizará a afixação, nos quadros de aviso previamente estabelecidos pela empresa, de material informativo do SINTTEL GO, para comunicações de interesse da categoria profissional, vedada à divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS AOS LOCAIS DE TRABALHO

Aos dirigentes do respectivo sindicato é permitido o acesso às dependências das empresas, durante o horário normal de trabalho, respeitadas as regras gerais de acesso e circulação de pessoas e desde que autorizados pelos clientes da empresa.

Parágrafo Único: O acesso de dirigentes sindicais aos locais de trabalho, para tratar assuntos de interesse da categoria, não poderá trazer interrupção ao curso normal dos serviços e deverá ser autorizado pela gerência de relações trabalhistas e sindicais, com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência e somente ocorrerá à liberação após anuência formal do cliente das empresas que ocuparem o espaço a que os sindicatos pretendam transitar.

Garantias A Diretores Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - GARANTIAS SINDICAIS

a) Dirigente Sindical

O dirigente sindical, no exercício de sua função, desejando manter contato com a empresa de sua base territorial, terá garantido atendimento pelo representante que a empresa designar. o dirigente sindical poderá fazer-se acompanhar de assessor.

b) Delegado sindical

Fica facultado ao SINTTEL/GO o credenciamento de 01 (um) delegado sindical por filial/site próprio, não sendo asseguradas à estes as prerrogativas do artigo 543, parágrafo 3º, da CLT. no entanto, a atento garante estabilidade proporcional do salário durante a vigência do acordo.

c) Sindicalização

1) A empresa se compromete a entregar até o quinto dia útil do mês subsequente ao de competência, a guia de depósito bancário, ficha de compensação ou cheque nominal ao respectivo sindicato, referente às mensalidades sindicais, bem como relação discriminando o nome dos trabalhadores sindicalizados e o valor de sua contribuição individual.

2) Com fundamento em decisão emanada da assembleia geral da categoria, todos os trabalhadores da empresa que venham a ser admitidos durante a sua vigência, serão convidados a ingressar no quadro associativo do respectivo sindicato sob as condições estabelecidas em seu estatuto.

3) Os trabalhadores associados poderão, a qualquer tempo, se manifestar por escrito junto ao respectivo sindicato para desligamento do quadro de associados da entidade, solicitando sempre antes do fechamento da folha de pagamento, através de formulário preenchido pessoalmente na sede do sindicato.

4) As mensalidades devidas ao respectivo sindicato, descontadas em folha de pagamento, deverão ser recolhidas ao mesmo até o 10º (décimo) dia após o desconto.

Outras Disposições Sobre Relação Entre Sindicato E Empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - RELACIONAMENTO SINDICAL

Visando aperfeiçoar e modernizar o relacionamento empresa / sindicato, fica estabelecido que:

a) A empresa e a SINTTEL/GO se comprometem a prestigiar a via negocial no esclarecimento de omissões, bem como dúvidas decorrentes da aplicação da lei ou do ACT, estabelecendo que as mesmas serão objetos de discussão amigável entre as partes, antes de serem submetidas ao poder judiciário;

b) A parte contrária, através de seu depto. jurídico, na ocorrência de qualquer questão da interpretação de qualquer das cláusulas do presente ACT, sempre que solicitada, fornecerá a outra, parecer expressando seu ponto de vista.

Parágrafo Único: A empresa irá assegurar a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem de assembleias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas, desde que as partes negociem previamente com pelo menos 48 horas de antecedência a participação nos eventos.

disposições gerais

mecanismos de solução de conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

A empresa adere a comissão de conciliação prévia (ccp), nos termos da lei 9958/2000, constituída no âmbito de representação do respectivo sindicato.

Aplicação Do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - SOBREPOSIÇÃO DE VANTAGENS

A promulgação da legislação ordinária e/ou complementar regulamentadora dos preceitos constitucionais, substituirá, quando aplicável, direitos e deveres previstos neste ACT, ressalvando-se sempre as condições mais favoráveis aos trabalhadores, vedada em qualquer hipótese à acumulação.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

O sindicato, representativo da categoria profissional, poderá intentar ação de cumprimento na forma e para os fins especificados no artigo 872, parágrafo único da clt.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES MAIS BENÉFICAS

A empresa se obriga a manter as condições mais benéficas atualmente existentes, inclusive no que tange aos benefícios praticados, devendo os mesmos serem reajustados com a aplicação do reajuste previsto na cláusula 3ª do presente ACT.

Descumprimento Do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTAS

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

Pelo descumprimento das obrigações de fazer, a empresa pagará multa mensal de 5% (cinco por cento), do piso salário salarial estabelecido neste acordo coletivo de trabalho, por infração e por trabalhador em favor deste ou da parte atingida.

Renovação/Rescisão Do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente ACT, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA- TAXAS ASSISTENCIAIS

A empresa se compromete a entregar até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da competência, a guia de depósito bancário ou cheque nominal, ao sindicato referente ao desconto de 1% (um por cento) do salário base, incluindo 13º salário de cada empregado previsto no parágrafo primeiro, a título de taxa assistencial.

Parágrafo Primeiro: Com fundamento em decisão emanada da assembleia geral da categoria, será descontado 1% (um por cento) ao mês, inclusive 13º salário referente a taxa assistencial de todos os trabalhadores abrangidos pelo presente acordo coletivo ou aqueles que venham a ser admitidos durante a sua vigência.

Parágrafo Segundo: Os empregados contrários ao desconto estabelecido no parágrafo anterior poderão a qualquer tempo manifestar, por escrito ao sindicato, o direito oposição.

Parágrafo Terceiro: A empresa ficará isenta de qualquer responsabilidade no caso de interpelações judiciais ou extrajudiciais, por parte dos empregados, sendo que, as eventuais ações relativas à devolução das contribuições de que trata o caput desta cláusula deverão ser propostas diretamente contra o sindicato.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA – DO EMPREGO DURANTE A PANDEMIA

Durante a vigência do presente acordo coletivo, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, a empresa se compromete a manter os atuais níveis emprego e de rotatividade (“turn over”), no estado da Bahia, salvo nos casos de redução ou extinção contratual por parte dos tomadores de serviço, que impactem as atividades exercidas nesta localidade.

Parágrafo Único - O cumprimento da obrigação prevista no caput será acompanhada pelo SINDICATO através de informações mensais fornecidas pela EMPRESA.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA – MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO

Cientes de suas obrigações em cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho (CLT, artigo 157, incisos I e II), as EMPRESAS estarão atentas às medidas de prevenção e higiene recomendadas pela Organização Mundial da Saúde, notadamente:

I) orientar sobre a adoção de cuidados pessoais, sobretudo de lavagem de mãos, da utilização de produtos assépticos durante o trabalho, conforme deliberado pela autoridade sanitária.

II) adotar as distâncias de segurança entre cada trabalhador;

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

III) flexibilizar os horários de trabalho para evitar proximidade entre os trabalhadores, inclusive adotando sistemas de rodízio ou sistema de escala de revezamento de turnos, modulando jornadas, entradas, saídas e horários de refeições ou café, de modo a evitar – de todas as maneiras contatos e aglomerações de trabalhadores, sempre que possível;

IV) fornecer meios para higienização das mãos;

V) higienizar regularmente os ambientes, estações e equipamentos de trabalho;

VI) orientar as pessoas sobre sinais e/ou sintomas de síndrome gripal; assim como manter informado o ambulatório de saúde (empresarial) e serviço de RH da empresa para que os trabalhadores permaneçam em casa se doentes;

VII) orientar as pessoas que tiveram contato com outros possíveis portadores ou alvo de possível contágio, em suas atividades da vida diária ou profissional; assim como manter informado o ambulatório de saúde (empresarial) e serviço de RH da empresa.

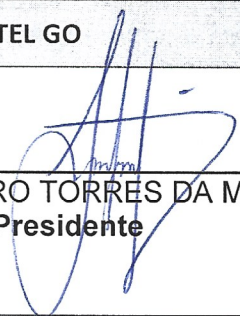
CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - FORO

Fica eleita a justiça do trabalho, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento de ACT, sobrepondo-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - DEPÓSITO

E, por assim estarem justos e avençados assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, destinando-se a primeira para fins de arquivo e registro junto à superintendência regional do trabalho.

SINTEL GO

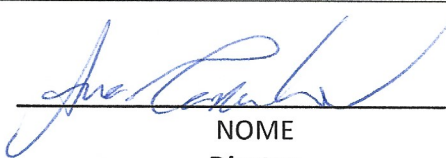

ALESSANDRO TORRES DA MOTA
Presidente

ATENTO DO BRASIL


NOME
Diretor

ATENTO BRASIL S/A

Luis Guilherme Prates
Vice Presidente Comercial
Atento do Brasil S.A.


NOME
Diretor

ATENTO BRASIL S/A

Ana Marcia Lopes
Vice-Presidente de Pessoas, RSC, CI
Atento Brasil S/A